

AO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

AUTOS Nº - 1114661

WESLEY GONÇALVES JARDIM, Pregoeiro do Município de Frei Inocência-MG, vêm manifestar acerca das supostas denúncias realizadas nos autos em epígrafe o fazendo nos termos que segue:

DOS FATOS

Cuida-se de denúncia aviada pela Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, alegando em suma, que a exigência editalícia quanto ao item "5.1.1. Não será admitida taxa de administração de valor zero ou negativa" objeto da denúncia e também da impugnação, foi inserido com base em recente orientação do TCE/MG acerca de problemas no SICOM para com procedimentos de Adesão de Ata de Registro de Preços que constem taxas de administração de valor zero ou negativa. Assim, por analogia, consideramos que seria prudente ter tal exigência no edital para se evitar possíveis problemas para com o SICOM. No nosso entendimento, tal exigência não incorreria em "fixação de valores mínimos". Contudo, diante os argumentos da referida impugnação, decidimos pelo acolhimento da mesma, como único critério de julgamento é ilegal.

Pelo relator foi indicado como irregular, a utilização do percentual da taxa de administração como único critério para julgamento das propostas, tendo informado que "a maior parcela do objeto do certame consiste na aquisição de itens para a administração pública, sobre os quais incidirá a taxa de administração da empresa contratada", sendo que "a relação de itens a serem adquiridos não consta em planilha orçamentária com estimativa de quantitativos e preços unitários, conforme determina o art. 7º, III, §2º da Lei 8.666/1993".

Concluindo, que: "resta claro o risco de que a ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários e que a utilização como critério de julgamento unicamente do percentual da taxa de administração, pode gerar prejuízo aos cofres públicos, sujeitando a Administração à prática de sobrepreço e superdimensionamento das aquisições de materiais de construção, cujas compras não serão submetidas a procedimentos licitatórios".

DO DIREITO

O objetivo de uma Comissão de Licitação na elaboração de um edital, ao estabelecer algumas exigências, eleitas como indispensáveis, é assegurar a regular execução do contrato com cláusulas fundamentais para o adimplemento das obrigações, nos termos do artigo 37, XXI, da CRFB/88, que dispõe:

“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Dessa forma, a Administração pode exercer o seu poder discricionário a fim de estabelecer os requisitos caso a caso, conforme a necessidade do objeto e segundo os princípios e dispositivos norteadores do Direito Administrativo.

O que o artigo 30 da Lei de Licitações e contratos veda são as exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes ao objeto que se pretender contratar, de modo que a lei deixou a critério da entidade licitante estabelecer as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, exigências, essas, que devem ser pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

Dessa forma, respondendo objetivamente o disposto na denúncia temos que a ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários dos materiais de construção se deve ao fato do procedimento ter como critério de julgamento: “MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO”.

Conforme consta do Termo de Referência do Edital, item 1.1.2. “Terá como referência o relatório de insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, disponibilizada pela Caixa Econômica Federal, sendo que a Tabela utilizada deverá ser a desonerada atualizada para o Estado de Minas Gerais.”

Ainda no item 5.1. “O atendimento dos serviços de administração e gerenciamento, bem como o fornecimento de produtos, deverá ocorrer por meio de rede de estabelecimentos varejistas credenciados, nas quantidades estabelecidas pelo Município, utilizando CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP.”

Embora se tenha como referencial de valor o disposto na tabela SINAPI, o Município tem a possibilidade de cotar os produtos a serem adquiridos na própria rede credenciada, de modo a adquiri-los em condições e valores mais vantajosos para a administração, sem incorrer em sobrepreço e superdimensionamento das aquisições conforme mencionado. De modo que, o Município não ficará refém de determinados estabelecimentos, garantindo que as aquisições ocorram, de fato, com base nos valores praticados no mercado.

Assim, o risco de a contratada obter lucro da rede credenciada e embutir taxas extras ao final, ou então, como não consegue manter o preço proposto, oferece um serviço de qualidade ruim, onerando ainda mais a Administração Pública.

Semelhante ao gerenciamento de abastecimento e manutenção de veículos, prática que já ocorre em diversos órgãos públicos, sejam Municipais, Estaduais ou Federais.

Frise-se que o sistema permite a disseminação de solicitação de orçamentos com maior celeridade e eficácia, desde que sejam credenciados, com o registro no banco de dados, para escolha do melhor preço de mercado, atendendo às necessidades do Município, bem como respeitando o princípio da economicidade previsto no art. 70, CF, e representa a promoção de resultados esperados com o menor custo possível.

Pelo procedimento é possível perceber que não houve nenhum direcionamento às empresas participantes. O edital foi lançado com a mais lidima boa fé e sem direcionamento ou preferências, ao reverso, a lisura do processo foi tão evidente que a própria denunciante participou do certame e sagrou-se vencedora, o que torna contraditória sua denúncia junto ao TCE-MG.

Isso posto, conclui-se que não há nenhuma ilegalidade na exigência editalícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações solicitadas estão sendo apresentadas tempestivamente, além dos pontos discordantes aos que se apresentam na denúncia.

Em exame a todo procedimento administrativo, para tratar do mérito, não se configura nenhuma irregularidade ou quaisquer aspectos infratores da lei.

Neste sentido, rogamos pelo arquivamento da denúncia, em virtude das informações prestadas e relevância dos serviços que estão sendo prestados à municipalidade.

Com apreço ao TCEMG é que manifestamos.

Atenciosamente,

Frei Inocência/MG, em 22 de setembro de 2022.

WESLEY GONÇALVES JARDIM
Pregoeiro